
Mulheres e sustentabilidade na Amazônia

Mulheres da Floresta Amazônica entre o trabalho e a cultura

SIMONIAN, Lígia T. C.

Belém: UFPA/NAEA, 2001. 270 p.

Esta nova publicação da antropóloga Lígia Simonian é uma coletânea de artigos escritos em diversos tempos e diversos lugares da Amazônia, resultado de um trabalho de pesquisa de mais de dez anos, retratos do cotidiano de mulheres amazônicas, indígenas e não-indígenas.

É um trabalho que vem contribuir com o debate ambiental sobre desenvolvimento sustentável e/ou sustentabilidade, dirigido principalmente para áreas onde os grupos sociais mantêm tradicionalmente um modo de vida assentado em práticas agroextrativistas. Os debates sobre a sustentabilidade e os modos de viver harmoniosamente com o meio ambiente, principalmente através do enfoque dado pelo ecofeminismo, levantaram a questão do papel das mulheres tanto nesses processos de desenvolvimento quanto no melhor aproveitamento dos recursos naturais. Sobretudo porque se vêem as práticas cotidianas dessas mulheres na perspectiva de uma constante reinvenção de seus conhecimentos acerca desses recursos naturais que se constituem em um saber-fazer que vem, ao longo dos anos, garantindo de certa forma a sobrevivência dos grupos humanos que habitam a Amazônia. Essas práticas, sejam elas referentes a alimentação, a conhecimentos medicinais e sobre cosméticos ou mesmo a reprodução social do grupo, constituem uma cultura não só material mas acima de tudo uma memória histórico-cultural que liga o grupo ao território e lhe conferem uma noção de identidade em relação a outros. São esses aspectos que, para Lígia Simonian, precisam ser levados em consideração nas ações governamentais ou não de desenvolvimento da região, sob o risco de se perder elementos fundamentais da cultura dessas populações.

Como colocou muito bem Edna Castro em seu Prefácio, a intenção da autora é chamar a atenção para questões relevantes hoje em dia nos debates sobre a Amazônia e os povos que nela vivem. E por

ser, talvez, uma coletânea de artigos com diversos enfoques, o que não permite um aprofundamento substancial dos temas, e até mesmo por considerar um conhecimento prévio por parte dos leitores, desenvolve essas questões sem uma explanação detalhada dos conceitos e categorias de análise utilizados, como, para dar um exemplo, o de relações de gênero e *empowerment*, remetendo sempre que possível o leitor às considerações feitas por outros autores. Por outro lado, acaba por fazer um importante trabalho comparativo e também de divulgação de trabalhos e estudos recentes sobre as mulheres amazônicas, seus saberes e condições de vida, apontando um caminho animador no qual o quadro de silêncio sobre essas mulheres vem mudando gradativamente nos últimos anos.

As mudanças, porém, ainda permanecem no plano teórico, pois quando se trata de exemplos práticos da inserção das mulheres em projetos econômicos e sociais os exemplos escasseiam. Nesse sentido as políticas públicas são exemplos determinantes, ao não integrar as mulheres nos seus questionamentos, decisões e planos para o desenvolvimento (sempre no contexto capitalista), mesmo naqueles em que a sustentabilidade ambiental e socioeconômica é considerada. Aí se concentra todo o esforço da autora em abordar e problematizar essas dificuldades, procurando suas razões para apontar possíveis soluções ao quadro que se apresenta.

Além do persistente silêncio, outra das preocupações da autora é ressaltar que o papel dessas mulheres no desenvolvimento deve ser avaliado de modo crítico, e não somente se restringir a seus aspectos positivos, sob o risco de predominarem as idealizações. Mas ao lermos seus textos ficamos com a impressão de que a luta por inserção das mulheres amazônicas nos processos de desenvolvimento e mesmo de decisões locais das suas comunidades se pauta, em um primeiro momento, por positivar um papel feminino, o qual, por tradição ideológica sexista, vem sendo usado como discurso legitimador de opressão e dominação, qual seja, a 'inerente' ligação mulher-natureza. Esse princípio do ecofeminismo precisa ser tomado com cuidado, pois não basta apenas levar em conta os papéis de gênero atribuídos à mulher. Não é questão apenas de adicionar mais um elemento nas discussões, pois mesmo possíveis

mudanças nas relações de gênero não significam mudanças concretas no jogo de dominação e opressão. A “revolução cultural” a que se refere a autora só será viável quando o gênero for suprimido,¹ e não só ele, quando os papéis sociais, sejam eles pautados por sexo, raça ou classe, não mais restringirem as amplas possibilidades de homens e mulheres de interagir na sociedade.

Outro aspecto a ser ressaltado é o uso da categoria ‘mulheres’. Por todo o texto a autora procura salientar as diversas experiências históricas e culturais que pluralizam a categoria das ‘mulheres’. Reconhecer e pensar as diferenças que as experiências de classe, raça, etnia e sexualidade suscitam acaba por trazer à tona uma questão polêmica acerca da possibilidade ou não da comunhão de experiências de todas as mulheres e assim a produção de um discurso, que englobaria as similaridades entre mulheres de todas as culturas. Procura-se, para isso, valorizar a relação das mulheres com a natureza no sentido de dar certa legitimidade à participação delas nos processos de desenvolvimento, principalmente nos que envolvam sustentabilidade ambiental.

No primeiro artigo a autora discute a relação entre mulheres, gênero e desenvolvimento, atentando para o fato de que são recentes e dispersas as discussões nesse sentido, constatando porém ser indiscutível a existência de avanços nessa relação nos últimos anos. Acompanhando os processos de organização de mulheres principalmente no contexto das reservas e/ou áreas preservadas, Lúcia Simonian vai em busca das razões pelas quais as mulheres ainda são preteridas nas decisões tanto no que diz respeito a processos internos de organização de suas comunidades quanto a respeito de projetos e planos de desenvolvimento implementados pelos governos e organizações não-governamentais. Além disso, apenas para citar algumas das questões elencadas pela autora, por que não se enfrenta a questão da violência ou mesmo da prevenção da maternidade precoce? Por que não se prioriza o apoio técnico e financeiro e se oferecem condições para a organização das mulheres em âmbito local, já que constituem mão-de-obra significativa, quando não maioria?

Ela chega à conclusão de que uma solução para esses e outros problemas é “das mais complexas imagináveis” e, “ainda que em sua maioria as mulheres tenham muito de heroínas, nem nessa Amazônia, nem em diferentes partes do mundo, elas, sozinhas, poderão fazer a revolução cultural que o século atual exige. Nessa perspectiva, ainda que

tensas, antagônicas ou mesmo violentas, as relações de gênero são fundamentais” (p.62). Apesar dessa menção, a autora utiliza basicamente a categoria ‘mulheres’, deixando seu conteúdo relacional talvez para uma próxima oportunidade.

O segundo artigo aborda o trabalho das mulheres seringueiras na Amazônia Brasileira, dando ênfase à persistência de uma ideologia sexista que faz com que esse trabalho duro seja encarado como ‘trabalho de homem’ e assim a atuação das mulheres nessa atividade seja silenciada, fato que contribui para que se formem imagens negativas de mulheres como feiticeiras, mulheres dominadas pelos espíritos da natureza, ou alusões sexistas como ‘aquela mulher era o homem da casa’. A autora se utiliza dessa condição social experimentada pelas mulheres seringueiras para chamar a atenção sobre o processo de ‘invisibilidade’ que encobre o envolvimento de mulheres em atividades culturalmente definidas como masculinas. Discriminação essa que se tem sustentado por muito tempo devido a “circunstâncias históricas e ideologias básicas” (p.98), enfatizando Lúcia Simonian que essa visão sobre a divisão sexual do trabalho acabou sendo interiorizada pelas próprias mulheres seringueiras. E para ela é o discurso acadêmico, a documentação produzida e a iconografia que contribuem e devem continuar contribuindo para quebrar o silêncio que envolve o trabalho das mulheres extrativistas.

E se é possível negar ou ‘esquecer’ a presença de mulheres nas atividades de extração e beneficiamento do látex, o mesmo não se pode fazer com a cultura da castanha. O terceiro artigo aborda a presença incontestável das mulheres nos castanhais do sul do Amapá e seus desdobramentos na memória social dos grupos que vivem nessa região. A lida com a castanha é uma atividade há muito desempenhada pelas mulheres na Amazônia, e essa tradição não deixa negar a importância delas nos processos produtivos envolvendo os castanhais. Importância essa que não se restringe aos aspectos econômicos, pois seus conhecimentos imemoriais constituem-se em um saber-fazer que delinea o social e o cultural de suas comunidades. Saber-fazer que tem influenciado os rumos do desenvolvimento econômico dos extrativistas dessa área, mas que, por si só, não garante às mulheres nem papel decisório, nem recursos destinados a suas atividades pelas políticas públicas. Assim encontramos as mulheres do sul do Amapá às voltas com inúmeros fatores que dificultam seu poder organizativo, um quadro desanimador, mas que só traz mais valor aos movimentos de luta por reconhecimento de sua importância e inserção nos processos de

desenvolvimento sustentável que estão sendo implementados na região.

Na esteira desse processo é interessante acompanhar a situação das mulheres indígenas de Roraima, tema do quarto artigo, e seu avanço na tomada de consciência de seu papel nas suas sociedades e principalmente em contextos de política pan-indígena e interétnica. Não há como negar a participação das mulheres indígenas nos embates cotidianos no contexto de aldeia a assim na política, mas elas ainda enfrentam muitos problemas quanto ao exercício e reconhecimento de papéis de liderança. Não é surpresa então constatar o diminuto número de mulheres tomando a frente nas discussões dos processos de organização indígena. Mas, apesar das dificuldades, esse quadro vem mudando, e para caracterizá-lo a autora se propõe a fazer uma discussão sobre a produção teórica em torno da “compreensão sobre o potencial, condições atuais e os limites do processo de organização das mulheres indígenas da área” (p.153).

O infanticídio é tema do último artigo, onde a autora descreve, contextualiza historicamente e analisa essa prática cultural entre as mulheres amundawa e urueu-wau-wau, perfaz uma tentativa de entender as razões de serem as mulheres e não elas e/ou os homens os executores do infanticídio no interior de suas próprias sociedades, e de como cumprem o papel de reprodutoras de uma ideologia mantenedora de tal prática predominantemente na esfera do feminino. Constata que, apesar de algumas mudanças estarem ocorrendo, elas são contraditórias, e considera que não poderia ser diferente, pois as condições psicológicas desses indígenas encontram-se muito deterioradas diante dos efeitos “destrutivos da conquista e dos processos de dominação e de exploração” (p. 238). Além do mais, essa prática está no cerne das discussões sobre especificidades culturais e sobre relações de gênero, problemáticas que emperram os processos de entendimento entre índios e não-índios e que continuam não sendo levadas em consideração pelas políticas e ações do Estado. Esse quadro contribui para a manutenção da dificuldade de acesso dessas mulheres às informações sobre controle de natalidade e/ou práticas anticonceptivas convencionais na sociedade não-índia, ainda mais agora que perderam em parte os conhecimentos ancestrais com relação ao aborto e à concepção, resultado aliás da conquista e convivência com os não-índios.

Enfim, perpassamos várias questões que ligam mulheres, gênero e desenvolvimento, trabalho e

recursos naturais, organização política e cultura, mas, como ressalta a própria autora, uma questão teórica unifica as problemáticas abordadas nos diferentes artigos: “a preocupação com o potencial das mulheres num contexto em que, milenarmente, tem dominado a sócio-diversidade”. Assim, o livro passeia por esse campo biossocial diversificado que acaba por fundamentar as muitas possibilidades de ser mulher na Amazônia Brasileira.

O que não podemos é ficar apenas na questão da valorização de um papel supostamente feminino, pois mascara a noção de que é um papel que foi construído cultural e historicamente, limitando a proposta de uma verdadeira transformação cultural, pois para isso é preciso levar em conta também os homens. Para uma transformação ser efetiva se faz necessário desconstruir esses papéis dicotômicos de homens e mulheres, para que conjuntamente possam discutir sobre sua sobrevivência e sua relação com o meio ambiente. Deixar de lado esses papéis, papéis pautados no sexo e que naturalizam o ‘ser mulher’ e o ‘ser homem’ representando-os como universais, é o que permite a categoria ‘gênero’. Assim poderemos analisá-los de modo relacional e historicizá-los de forma a “encontrar seu sentido e como eles funcionavam (nas diferentes sociedades e períodos) para manter a ordem social e para mudá-la”.²

Para a autora não basta apenas criticar a desconsideração das mulheres e das relações de gênero, mas é preciso, sim, dar ênfase ao que ela chama de “ação participativa”, ou seja, dar apoio efetivo às mulheres nas suas ações, já que na prática é preciso levar em consideração que há mulheres e mulheres e muitas contradições em seu meio.

Este livro é muito mais que um livro sobre mulheres; é um compromisso com a valorização de seu papel produtivo, com a luta de inserção de seus interesses e direitos nas decisões das políticas públicas e resistência aos preconceitos que ainda dificultam essa participação. É uma tentativa de quebrar, assim, com a atitude imobilizadora que muitas ainda têm de não crer no seu potencial.

1 RUBIN, Gayle. “The Traffic in Women”. In: REITER, Rayna. *Towards and Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

2 Afirmava assim Natalie Davis, em 1975, citada por SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

KATIUSCIA MARIA LAZARIN ■
Universidade Federal de Santa Catarina